

Assunto: Mudança futura de endereço do TJPE	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Economia	Seção: diário econômico/Bruna Siqueira Campos
Página: b7	Data: 22/07/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Mudança engatilhada

Além do TJPE, outro órgão público de peso vai se mudar para o bairro de Santo Amaro nos próximos anos: a Receita Federal. O projeto arquitetônico está pronto e o terreno da União, atualmente desocupado, fica entre a Rua do Sossego e a Avenida da Saudade, próximo ao cemitério. Superintendência, inspetoria e delegacia funcionarão no local. Hoje, a Receita ocupa prédios no Pina, no Recife Antigo e na Boa Vista.

Assunto: Corregedora discute demandas do 1º grau de jurisdição em Pernambuco	
Veículo: CNJ	Data: 22/07/2015
Editoria:	Seção:



[Corregedora discute demandas do 1º grau de jurisdição em Pernambuco](#)

Assunto: Corregedora discute demandas do 1º grau de jurisdição em Pernambuco	
Veículo: CNJ	Data: 22/07/2015
Editoria:	Seção:



Corregedora discute demandas do 1º grau de jurisdição em Pernambuco



Cerca de 250 juízes de 1º grau do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) participaram na segunda-feira (20/7) do evento Fale com a Corregedora, no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, no Recife. No encontro, eles apontaram a necessidade de implementação, no Judiciário de Pernambuco, da política de priorização do primeiro grau de jurisdição, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrichi, abriu o evento elogiando os trabalhos da Corte pernambucana e a importância da magistratura de 1º grau. “Somos todos uma grande família. Não temos graus de diferença, apenas na jurisdição”, destacou.

A questão da falta de assessores e servidores, sobretudo nas comarcas do interior, foi um dos temas recorrentes no evento, que durou cerca de duas horas. Os magistrados pediram à corregedora a implantação, em Pernambuco, das Resoluções 194/2014 e 195/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que tratam da priorização do 1º grau. Nancy Andrichi se comprometeu a apoiar o pleito e citou o sucesso do Regime Especial de Trabalho na Comarca de Salvador, do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), que transferiu temporariamente servidores dos gabinetes dos desembargadores para atuar nas 20 varas com maior acúmulo processual na capital baiana.

Outro tema levantado pela magistratura pernambucana foi a falta de segurança dos juízes que atuam em áreas com altos índices de criminalidade. Novamente evocaram a Resolução 194/2014 do CNJ para pedir providências que deem maior tranquilidade para os juízes desempenharem adequadamente suas funções. Nancy Andrighi prometeu tratar do tema com a presidência do TJPE.

A corregedora também debateu com os juízes a necessidade da criação da figura do “gerente judicial”, que ficaria responsável pelas questões administrativas dos tribunais, possibilitando aos magistrados, em todos os níveis, dedicarem-se prioritariamente ao trabalho judicial. “O juiz é uma mão de obra especializada e cara para o Estado. Tem que se dedicar à jurisdição e não perder tanto tempo com o acúmulo de tarefas administrativas. O gerente judicial, com formação especializada para a função, tiraria esse peso dos ombros dos magistrados”, avaliou a ministra.

Prazos processuais, funcionamento dos Juizados Especiais, o novo Código de Processo Civil e o funcionamento do Processo Judicial Eletrônico (PJe) foram outros temas tratados durante o Fale com a Corregedora.
Corregedoria Nacional de Justiça

Assunto: R\$ 90 milhões em dívidas são negociados em mutirão no Recife	
Veículo: Conjur	Data: 22/07/2015
Editoria:	Seção:



R\$ 90 milhões em dívidas são negociados em mutirão no Recife

Termina nesta terça-feira (21/7) o Mutirão de Negociação Fiscal para os contribuintes que possuem débitos junto à prefeitura de Recife e ao governo de Pernambuco. No balanço divulgado nessa segunda-feira pela administração do evento, cerca de R\$ 90 milhões em dívidas estavam sendo negociadas.

Segundo o prefeito de Recife, Geraldo Júlio (PSB), por meio do mutirão, foram arrecadados mais de R\$ 60 milhões. A prefeitura da capital pernambucana informou ter feito cerca de 22 mil negociações para o pagamento de impostos (IPTU, ISS e CIM). Já o governo estadual anunciou que as negociações com devedores de impostos contabilizavam quase R\$ 30 milhões para os cofres estaduais. Só no nível estadual, os acordos com os contribuintes permitiram que 4,3 mil processos de execução fiscal fossem extintos.

O mutirão, iniciado na última quarta-feira (15/7), ocorre no Centro de Convenções de Pernambuco e faz parte do Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais da Corregedoria Nacional de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça.

A estrutura do evento contou com o trabalho de dez juízes da área de execução fiscal do Tribunal de Justiça de PE, 18 procuradores, sete defensores públicos e cerca de 400 servidores estaduais, municipais e do Judiciário. Com informações da Corregedoria Nacional de Justiça.

Assunto: Programa do Tribunal de Justiça de PE ajuda pessoas superendividadas	
Veículo: NE10	Data: 22/07/2015
Editoria:	Seção:



Programa do Tribunal de Justiça de PE ajuda pessoas superendividadas

O objetivo do ProEndividado é desenvolver e executar ações para a resolução de conflitos



Reprodução/TV Jornal

Uma pesquisa realizada pelo Serasa divulgada em julho mostrou que a inadimplência do consumidor teve um aumento de 16,4% no primeiro semestre de 2015, se comparado ao mesmo período do ano passado. Esse é o maior aumento registrado desde 2012. Por isso, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) está oferecendo um programa gratuito para pessoas em situação de superendividamento, o ProEndividados, criado em 2011.

Ele tem como objetivo desenvolver e executar ações que promovam a resolução amigável de conflitos que envolvam esses compradores. Para participar basta ir ao Fórum Thomaz de Aquino, no bairro de Santo Antônio, no Centro do Recife, ou preencher um formulário e se inscrever no site www.tjpe.jus.br.

